

Ler o sul a contrapelo:

restos da ditadura nas obras

Tropical sol da liberdade (2005),

de Ana Maria Machado, e no conto

La llave, de Luisa Valenzuela (1999)

76

Felicio Dias¹

RESUMO:

Este ensaio discute as obras *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (2005), e o conto *La llave*, da argentina Luisa Valenzuela (1999), pensando as lógicas patriarcais e as relações dos espaços público/privado durante o período do regime militar. Para tanto, elegemos teóricas que pensam as relações de gênero e poder na América Latina, como Jean Franco (2005), Rosário Ferré (1980) e María Adriana Velasco Marín (2007).

Palavras-chave: história; América Latina; ditadura militar; crítica feminista.

¹ Doutorando em Teoria e História Literária pela UNICAMP.

ABSTRACT:

This essay discusses the novel *Tropical sol da liberdade*, by Ana Maria Machado (2005), and *La llave*, by Luisa Valenzuela (1999), thinking the patriarchal and logical relations of public/private spaces during the period of the military dictatorship. We have chosen theorists who think gender and power relations in the context of Latin America, such as Jean Franco (2005), Rosario Ferré (1980) and María Adriana Velasco Marín (2007).

Keywords: history; Latin America; military dictatorship; feminist criticism.

Introdução

Há um corte e uma rasura de violência irreparável na história das Américas, mais especificamente nos países que ainda resistem sob os estilhaços daquilo que um dia implodiu como terceiro mundo nas teorias eurocêntricas. As décadas de 1960 e 1970 marcam os países da América Latina sob as traumáticas experiências de regimes ditatoriais, impactando não somente a história de países como Brasil, Uruguai e Argentina, mas rasurando também as manifestações artísticas e culturais desses países. O conjunto de repressão, censura, violência e abuso de poder no contexto da ditadura militar não somente silenciou e oprimiu milhares de sujeitos, mas também repercutiu e mudou os rumos das expressões artísticas e principalmente da produção literária ligada ao período de constante barbárie na América Latina.

A expansão da ideia de literatura enquanto prática discursiva dentro dos contextos de pesquisas, debates e investigações de literatura nos países da América Latina está, em grande parte, ligada às condições de repressão política e ideológica da ditadura militar. Sobre essa questão, Alfredo Cordiviola (2014) nos aponta que a América Latina trilhava caminhos de uma reabertura democrática e tentava superar as pendências legadas pela ditadura, produzindo assim um amplo debate que vislumbrava questionar pressupostos hegemônicos que não se restringiam ao discurso academicista ou ao reacionário do

domínio burguês. Escritores e artistas convergiam em direção a uma arte engajada, pautada num ideal de libertação e resistência a partir de narrativas e produções que denunciavam e afrontavam o terror que a época da ditadura militar representava. Numa abordagem estritamente política, pode-se dizer que a influência política e ideológica sobre o cidadão não se deslocou de sua atividade artística, como bem afirma Silviano Santiago, em “Uma literatura anfíbia” (2004). A arte e a cultura estavam em compasso tanto com as mudanças da vida cotidiana quanto com as agendas morais que dizem respeito aos gostos, valores e ideologias, e é nesse momento que os próprios parâmetros da maneira de conceber e pensar a literatura se transformava, quando a “[...] arte abandonava o palco privilegiado do livro para se dar no cotidiano da vida” (SANTIAGO, 2004, p. 37).

Ainda sob algumas considerações de Santiago sobre a literatura e a ditadura no Brasil, agora em *Nas malhas da letra* (2002), o crítico e teórico enxerga que, a partir da queda do regime de Goulart e do golpe militar de 64, a literatura passou a refletir sobre os mecanismos do poder e seus modos de funcionamento e atuação a partir de uma crítica radical sobre toda e qualquer forma de autoritarismo, principalmente suas versões sutis e veladas, que invadem e contaminam as relações interpessoais. Nesse caso, a crítica ao autoritarismo e às formas de repressão se distancia esteticamente da escrita realista da literatura brasileira na década de 30, e traz no bojo das construções ficcionais um estilo mais metafórico, mas não menos obsessivo com o fantasma da censura, da violência e da repressão.

É nesse contexto que urge a necessidade de um novo programa de participação política afinada com os novos tempos, uma vez que nesse momento não mais se tratava de uma luta apenas contra o poder do domínio burguês nas esferas das burocracias do legislativo e do judiciário. A luta se dava de forma mais ampla, pois o poder se engendrava na vida do cidadão comum pelas mais inusitadas formas do cotidiano, o que nos leva, principalmente, a explorar as relações do privado, os recortes de gênero e raça e as construções de subjetividades nas trocas sociais. Assim, a tomada de consciência em relação às diversas formas em que o poder e a violência regem tanto a nossa história quanto a vida social é a principal temática na literatura pós-64, em que são exploradas as origens do poder e da violência no invólucro

de uma certa invisibilidade com que se propagava no particular, no cotidiano, no corpo, na sexualidade e mesmo no núcleo familiar. A partir dos contextos (pós)ditatoriais, as literaturas voltam-se para o poder existente fora dos grandes eventos públicos e históricos, e fixam suas raízes no enfrentamento do poder reacionário não somente como disputas armamentistas, instituições de poder e corpos, mas também o seu espírito, ou melhor, o seu espectro. Esse movimento de expansão e contaminação do projeto político reacionário e estritamente autoritário e violento da ditadura no Brasil também se estende às questões urgentes que eram empreendidas nos regimes ditatoriais em todo o Cone Sul, como veremos mais detidamente no decorrer deste texto.

Os regimes autoritários entrecruzam o valor ético da vida privada com a brutalidade de um estado estritamente opressivo, levando a violência e a barbárie a níveis extremos cujas antigas zonas fronteiriças entre público e privado são deslocadas e erradicadas diante das mais variadas formas de opressão marcadas por esse período. As repressões da ditadura extrapolam os limites e invadem os lares familiares com a supressão de direitos, a imposição e abuso de poder e a dominação que afeta, principalmente, as classes mais subalternas e, conseqüentemente, a mulher, cujo lugar de ação política é mais periférico ainda.

Nesse caso, há um desejo e uma vontade de (re)ler, romper e transcender os tradicionais espaços de enunciação onde os discursos são direcionados por uma só voz, mas que apregoam as várias instâncias de dominação – a violência, a disciplina, o autoritarismo, a punição, o silenciamento e a eternização arbitrária da ordem patriarcal. Para essa tarefa de leitura, a urgente apropriação de uma metodologia teórica que parta da desconstrução de um universo pautado nas lógicas masculinizantes, eurocêtricas e binárias, e especificamente nas atribuições dos espaços público e privado, se faz possível a partir das teorias de gênero e da crítica feminista, visando à desconstrução das ideologias dominantes e a subversão das lógicas patriarcais. Entre entraves e perspectivas múltiplas das teorias de gênero e da crítica feminista, há um ponto de convergência que é justamente a ruptura com os padrões normativos, binários e falocêntricos que regem a lógica de opressão patriarcal. Para tanto, elegemos a obra *Tropical sol da liberdade* (2005), da escritora Ana Maria Machado, cujo centro da enunciação é construído por uma personagem feminina e se contextualiza em pleno regime militar no Brasil.

Ao trazermos temas como poder, violência, autoritarismo, espaço público/privado e o patriarcalismo dentro das relações de gênero, abrem-se possibilidades para dialogarmos a obra de Ana Maria Machado com outras escritoras que não só escrevem sobre essas questões, mas que também vivenciaram momentos de horror e violência – física e simbólica – em regimes ditatoriais na América Latina. Um caso específico para o nosso diálogo é o de Luisa Valenzuela, em seu conto *La llave* (1999), abordando temas como dominação, poder, ditadura, apresentando uma homenagem às *Madres de Plaza de Mayo*.

O período em que a Argentina foi governada por uma ditadura militar, especificamente de 1976 e estendendo-se a 1983, resultou em uma série de traumas históricos e catástrofes coletivas e individuais, sob a instituição de uma ordem opressora e repressora, a supressão de direitos e, de forma menos explorada pela historiografia: as relações de violência e opressão contra as mulheres. Nesse contexto, em relação à Valenzuela, Gwendolyn Díaz observa que o “[...] tema de la mujer y poder es tan completo y variado como fascinante, sobretudo en una sociedad como la Argentina” (2009, p. 29), contudo, acrescentamos que o mesmo tema é representado de forma efervescente e sólida na literatura brasileira, dado pelo processo histórico parecido com os enfrentamentos e momentos de resistência política vividos na Argentina. Como bem coloca Díaz, “[...] la literatura de la represión encarna en sus textos los efectos y consecuencias de los abusos del poder, sea social, político o económico” (2009, p. 26). Nesse caso, ainda que se constituam de narrativas distintas em seus modos de narrar, tanto em Ana Maria Machado, quanto em Luisa Valenzuela será possível encontrar as relações de poder, as questões de gênero, as implicações políticas e as construções culturais.

Essa é a nossa tarefa ético-política de desconstrução enquanto leitores ativos e críticos: analisar e repensar a genealogia do pensamento ocidental, seus conceitos e pressupostos. Não iremos demolir ou destruir, infelizmente, as forças de opressão que derramaram e continuam a derramar sangue e suor no curso da História, e muito menos demolir uma ordem para imprimir outra, mas sim apontar o que sempre despertou a dor, o sofrimento e a opressão e que não funciona mais. Há uma urgência em expandirmos os horizontes de reflexões para repensarmos e reorganizarmos as práticas políticas e sociais num

ocidente estritamente masculino, a partir do que esse mesmo centro hegemônico e dominante coloca à margem.

O pessoal é político

O teórico Stuart Hall (2005) insere o feminismo dentro dos cinco grandes avanços da teoria social e das humanidades em geral que tiveram grande impacto no descentramento do sujeito cartesiano na modernidade tardia. Neste caso, o feminismo sendo parte dos movimentos sociais que emergiram durante a efervescente década de 1960, também se opunha às políticas liberais e capitalistas que predominavam os centros hegemônicos eurocêntricos. O movimento feminista contribuiu para o descentramento do sujeito a partir do questionamento das clássicas distinções entre público e privado, redimensionando o debate político para as contestações das antigas noções de família tradicional, das relações conjugais e sexuais, da divisão doméstica do trabalho e, principalmente, da politização e para as relações de poder dentro dos processos de formação de identidades, partindo da percepção de que o pessoal é político, e a política é um reflexo dos modos de vida.

Ainda que não houvesse de fato o surgimento de um movimento feminista entre as mulheres durante a década de 1960 na América Latina, foi nesse contexto que elas desenvolveram a consciência da opressão dentro das estruturas do próprio lar e começaram a se organizar. Contudo, quando se fala em teorizar a conjuntura política, histórica e literária do feminismo, principalmente pensando em América Latina, é preciso lembrar que “[...] el feminismo latino americano primero tuvo que actuar y después teorizar.” (DÍAZ, 2009, p. 23), como é caso das Mães da Praça de Maio, que muito antes de terem suas lutas escritas, lidas e debatidas pelas diferentes vertentes dos feminismos, essas mulheres se enraízam num contexto em que há primeiro uma prática revolucionária para depois se teorizar sobre as conjunturas.

As Mães da Praça de Maio, como Jean Franco (2005) bem coloca, alteraram a tradição “[...] ao se projetarem como um novo tipo de cidadãs e, também, ao irem mais além e recorrer às organizações internacionais” (FRANCO, 2005, p. 129). O exemplo das Mães de Maio é um de muitos outros, senão um dos principais, que expressa bem

a subversão dos espaços de luta e ocupação socialmente construídos como públicos a partir da representação pública da vida privada. Dentro das histórias de horror, sangue e repressão militar, essas mulheres tornavam de conhecimento geral das sociedades civis as suas tragédias pessoais, transformando o desaparecimento de seus filhos durante a ditadura militar argentina em um caso próprio da esfera pública.

Essas circunstâncias são essenciais para o aparecimento de uma literatura enraizada diretamente na luta pela sobrevivência e na resistência de mulheres. A voz da repressão e do poder ditatorial parte da mesma configuração da voz expressa na tradição patriarcal, que incide sob as relações afetivas, privadas e domésticas, tradicionalmente atribuídas às mulheres. Por exemplo, a construção ideológica da visão tradicional de que o lugar da mulher é no lar e não no domínio público ou político é parte de um condicionamento social estritamente difundido às classes estratificadas durante os regimes autoritários. Essa forma de opressão por meio de uma ideologia dominante é o centro do pensamento patriarcal e do condicionamento de ordem muito comum nas repressões durante a ditadura.

María Adriana Veslasco Marín (2007) cunha que a prática interpretativa da crítica feminista se enraíza, justamente, na releitura e desconstrução de momentos de intervenção nas antigas e tradicionais relações de poder patriarcais a fim de descolonizar o cânone ditado pelo patriarcado, “[...] para re-escribirlas culturas restaurando sus silencios y las políticas y la lucha por el poder inscritos en los textos” (DIAZ-DIOCATETZ; ZAVALA apud MARÍN, 2007, p. 561). Nesse caso, estamos tratando de estruturas de poder dentro das dinâmicas culturais em que as linguagens e seus modos de uso são partes essenciais nesse processo de homogeneização cultural de um gênero dominante e no assentamento de uma agenda moral, cultural e política cuja imposição de um mecanismo de força e verdade edificada universal e masculina é mais um dos subterfúgios usados pelo patriarcado. Assim, a nossa posição de resistência – a saber, do crítico, do leitor, do pesquisador, do ativista, do teórico e, enfim, do sujeito em si – não é resolver os problemas do gênero e da opressão patriarcal na sociedade, mas sim subvertê-los, repensá-los e implodi-los e denunciá-los a partir daquilo que o legado das teorias de Roland Barthes (2007) classifica como o grande reduto das relações de poder: a linguagem.

A corrente francesa de teoria e análise do discurso já bem nos advertiu as funcionalidades e sistematizações da linguagem como realização de aparelhamento ideológico em função de um lugar de poder. À luz de Roland Barthes, em sua *Aula*, podemos conceber algumas instâncias de dominação dentro das estruturas da nossa cultura em que não somente a “[...] língua entra a serviço de um poder” (BARTHES, 2007, p. 4), contudo, muito mais além, “[...] na língua, portanto, servidão e poder se confundem inelutavelmente” (BARTHES, 2007, p. 15). Discutir as questões de gênero e identidade na literatura ou nas artes em geral é reconhecer que estamos lidando com pontos de opressão que não se dão de formas isoladas, principalmente se pensarmos em relações intersectais e não transparentes, como raça, colonização, classe, sexualidade e poder que, como bem coloca Barthes “[...] está aí, emboscado em todo e qualquer discurso” (2007, p. 10). De fato, é no pessoal e no privado que as manifestações do poder se dão de forma mais extremas, tanto em expressão quase inapreensível, quanto nas vozes de ordem dentro do espaço privado naturalizados, isso tanto nos relacionamentos abusivos, quanto nas próprias hierarquias dentro do lar e das relações pessoais.

Se não conseguimos identificar e nos posicionarmos contra essas formas de opressão rapidamente, é porque não “[...] vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação” (BARTHES, 2007, p. 12). A palavra dada num discurso patriarcal, que só é possível na ordem, está preenchida e imersa em terríveis poderes dos quais não podem ser destruídos e muito menos esquecidos, mas sim repensados e desconstruídos. É preciso reafirmar que nada é natural, e desnaturalizar o que não é, em sua raiz, natural, para que assim possamos compreender que as instituições de poder, a cultura e a história não podem ser vistas como estruturas arbitrárias, mas sim como parte integrante de um processo hegemônico. Toda e qualquer investigação a partir de uma crítica feminista é uma forma de ação e compromisso com a desconstrução e a (re)organização de estruturas de poder, mas agora partindo, especificamente, do privado.

O ponto que norteia as inquietudes dessa reflexão é originário das proposições de Tina Chanter (2011), ao colocar que às mulheres restavam os papéis patriarcais do espaço privado, como as funções de mãe, dona de casa e anjo do lar, sendo assim incapazes de ocupar lugares

considerados masculinos e referentes ao mundo público. Ao retomar o termo marxista da “falsa consciência”, Chanter nos diz que os “[...] sujeitos internalizam ideologias opressivas, reproduzindo, dessa forma, mitos perniciosos que estruturam sua autocompreensão” (CHANTER, 2011, p. 25). Essas reproduções, assim como as manifestações de poderes terríveis, como já mencionadas anteriormente, só terão suas estruturas abaladas a partir da politização do privado, assim como já era apontado pelo feminismo da década de 1960 com o *slogan* “O político é pessoal”.

De fato, essa noção do pessoal como político foi um passo decisivo para o início de uma grande revolução, principalmente dentro das correntes dos estudos culturais, como aponta Stuart Hall, em *Da Diáspora* (2013). Segundo Hall, o feminismo “[...] introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas.” (2013, p. 208). Ao propor o pessoal como político, houve uma expansão radical das concepções de poder, que antes era tratado dentro dos espaços públicos, para dentro dos espaços privados, colocando as concepções de gênero e sexualidade como categorias importantes para a compreensão das relações de poder. Com isso, Chanter (2011) também nos chama a atenção para as problemáticas do público e do privado nas questões de gênero, a fim de deslocar as noções de privado marcado como feminino.

Esse deslocamento de noções arraigadas nas dicotomias entre feminino e masculino se dá a partir da observação das dinâmicas da sociedade patriarcal no Brasil e na América Latina, especificamente nos períodos de ditadura. É importante destacar algumas colocações de Denise Truguilho Rigonati (2014), cujos estudos apontam que além da tortura, mulheres eram delegadas unicamente às funções do lar, ao casamento e à maternidade, tendo a participação senão mínima praticamente inexistente nas organizações políticas, que eram espaços públicos destinados aos homens. Em relação à produção de literatura, Rosário Ferré (1980) aponta o agenciamento da transcendência das restrições sociais quanto ao gênero e, principalmente, como os temas ligados ao corpo, interioridade e sentimentos estão intrinsecamente ligados ao dispositivo político:

Este destino que nos impone la naturaleza nos coarta la movilidad y nos crea unos problemas muy serios

en cuanto intentamos reconciliar nuestras necesidades emocionales con nuestras necesidades profesionales. Pero también nos pone en contacto con las misteriosas fuerzas generadoras de la vida. Es por esto que la literatura de las mujeres se ha ocupado en el pasado, mucho más que la de los hombres, de experiencias interiores, que tienen poco que ver con lo histórico, con lo social y con lo político. Es por esto también que su literatura es más subversiva que la de los hombres, porque a menudo se atreve a bucear en zonas prohibidas, vecinas a lo irracional, a la locura, al amor y a la muerte; zonas que, en nuestra sociedad racional y utilitaria, resulta a veces peligros reconocer que existen. Estos temas interesan a la mujer, sin embargo, no porque ésta posea una naturaleza diferente, sino porque son el cosecho paciente y minucioso de su experiencia. (FERRÉ, 1980, p. 13).

Em Ferré (1980), o que temos é a construção do espaço doméstico, principalmente o da cozinha, para onde a mulher foi designada e teve seu acesso à política e à ciência negado. Talvez um pouco distinto do que pensa Ferré (1980), é preciso crer que as experiências interiores têm muito a ver com o histórico, o político e o social, principalmente porque as forças patriarcais da história e da sociedade delimitam o pessoal fora da politização. Para atravessar essas zonas proibidas sobre as quais se refere Ferré (1980), é preciso revolucionar o privado, mostrando que a opressão é originária desse espaço e que está longe dos privilégios dos homens que habitam os espaços públicos.

Ao tratar de um sentido mais histórico sobre a ideia do “Pessoal é político”, a questão do espaço doméstico seria uma representação do controle masculino enquanto uma concepção de família, que faz da casa, por exemplo, um ambiente de tirania e de privação dos direitos civis e políticos. A organização das mulheres na ditadura além de levar os temas antes restritos ao privado para dentro das discussões políticas, também conclamava um movimento para que aquelas presas ao lar e à cozinha pudessem usar desses espaços como ponto para a própria transgressão e quebrar as ordens de silêncio dentro do doméstico, e é daí que as reflexões sobre o pessoal como político se entrecruzam com o pensamento de Rigonati (2014) sobre as relações de mulher e ditadura:

Entender os avanços femininos através da resistência à Ditadura Militar é uma tentativa de quebrar com a “lei do silêncio” que persiste no Brasil em relação ao período, partindo de um “novo” agente social, o feminino, mostrando que a luta pela libertação da mulher no Brasil está indissolúvelmente ligada às lutas gerais

por liberdades que ocorreram durante o período militar. (RIGONATI, 2014, p. 16).

As histórias de mulheres desqualificadas pela tradição são resgatadas por meio dos textos que serão aqui analisados, apropriando-se da literatura para trazer os traumas presentes na vida de mulheres que vivenciaram as décadas de 1960 a 1980, e que são invisíveis dentro das veiculações de documentos históricos tradicionais. A tarefa de dar voz àqueles que sofreram os regimes ditatoriais não somente redefine a história de opressão escondida nos quartos trancados da ditadura, mas também deixa claro que o “pessoal” e o “privado” estão longe de ser termos a-históricos, muito pelo contrário, são justamente conceitos atribuídos às verdadeiras donas da revolução de uma história arbitrariamente apagada. Nesse sentido, socializar o privado é preciso.

Do privado ao público: a ficção de autoria feminina

O período da ditadura na América Latina, particularmente os casos do Brasil e da Argentina, instaura a necessidade de uma escrita que reflita não somente o processo criativo da literatura naqueles tempos, mas também possibilite uma reflexão fora da história oficial sobre as lutas de poder no âmbito político e seus efeitos na sociedade, principalmente no caso das mulheres, como pode ser observado nas lições Gwendolyn Díaz:

Vivían cotidianamente en una atmosfera de miedo y peligro y a menudo eran testigos de atrocidades no solo en el campo político sino también dentro del hogar, donde muchos maridos, esposas y niños se convertían in víctimas. Todas las autoras de esta colección se vieron afectadas por la represión estatal y en cierta forma la integraron en sus obras. Si bien solo unas pocas de ellas se centran específicamente en la represión, todas hacen referencia directa o indirecta a ella. (DÍAZ, 2009, p. 20).

A teórica trata de uma antologia de contos da qual se insere a obra de Maria Luisa Valenzuela, cuja produção ficcional traz em seu bojo críticas à ditadura militar dos anos 1960 e as conjunturas históricas dos anos 1980. Obras como as de Valenzuela operam numa certa antípoda política, da qual arte, história e política são articuladas num único discurso com fins de subverter as lógicas burguesas da história oficial. Díaz (2009) aponta para uma denúncia dos horrores que a sociedade argentina encarava naquele período, retratando a

preocupação do poder e sua articulação microfísica que não nos deixa esquecer a relação intrinsecamente interligada entre o pessoal e o político. Ainda que Díaz (2009) se refira especificamente à literatura produzida na Argentina, essas proposições também valem para as literaturas escritas por mulheres no Brasil, como é o caso de Ana Maria Machado.

As produções ficcionais de Valenzuela e Machado se entrecruzam no rompimento das mordças que a ditadura impunha às vozes das mulheres, fazendo um recuo necessário na história para romper com um *continuum* opressor. Para Valenzuela e Machado, a escrita se revela como um recurso de poder e transgressão e interrompe a cadeia de acontecimentos históricos que antes eram representados unicamente por homens e tinham seu centro marcado por lógicas masculinizantes e falocêntricas. Contudo, ambas as autoras são conscientes da condição do espaço restrito e periférico em que a mulher é inserida e que a exclui da esfera pública, e assim constroem epicentros dramáticos que partam do privado para o público, usando daquilo que as colocavam à margem para subverter os espaços masculinizantes.

As mulheres de *La llave* (VALENZUELA, 1999) e *Tropical sol da liberdade* (MACHADO, 2005) mapeiam os caminhos que levam as vozes de opressão do regime militar para dentro do lar, da vida privada e do pessoal, cujo sistema de violência e censura que silenciava os gritos de resistência nas ruas faz parte do mesmo jogo que viabiliza a violência nas relações de gênero e interfere no processo de emancipação das mulheres. É na possibilidade de uma reescritura e releitura feminista da história e da ficção que as autoras reagem à censura a partir da literatura como possibilidade de resistir ao poder ditatorial e patriarcal, entendendo ambas as formas de poder como pertencentes de uma mesma configuração. Com isso, vejamos mais detidamente como essas questões perpassam alguns trechos específicos do romance *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (2005) e do conto *La llave*, de Luisa Valenzuela (1999).

Contradizendo as teorias que dão sentença à morte do autor ou mesmo as que estabelecem uma distância entre obra e autoria, a produção de Ana Maria Machado se coloca a contrapelo dessa discussão e aproxima a temática que permeia a obra com a própria vivência da

escritora durante o período de exílio na ditadura militar no Brasil. Em *Tropical sol da liberdade*, acompanhamos as dores e angústias de sujeitos que viveram a repressão e as relações de poder dentro do contexto do golpe militar no Brasil ao colocar a figura de Helena Maria de Andrade, ou simplesmente Lena, no centro da história. Lena representa o sentido político, histórico e cultural das relações de gênero dentro das mudanças substanciais que regeram e orientaram a sociedade brasileira dentro de uma cultura autoritária de opressão e supressão de direitos. No decorrer dos fatos, é possível perceber mudanças significativas na sociedade brasileira como o desenvolvimento desigual de grandes metrópoles como Rio de Janeiro, perseguição ideológica, crescimento de parques industriais em detrimento da garantia de direito dos cidadãos que ocupam as cidades, mas, principalmente, a condição da mulher brasileira dentro de um período de extrema opressão patriarcal e da ideologia dominante.

No texto de apresentação da obra, assinado por Carlos Emílio Corrêa Lima, já há algumas considerações preliminares que situam o romance de Ana Maria Machado (2005) dentro de uma época de fogo, luta e trevas sob uma escrita memorialística que delinea o quadro de resistência durante os anos de luta contra a ditadura. Questões como o exílio, a clandestinidade e os embates em tempos de chumbo da ditadura estão emaranhadas dentro de uma rede complexa que busca dar voz àqueles que não tiveram o direito de contar a história e que não estiveram no centro dos acontecimentos. As impressões poéticas e psicológicas são fundamentais para estruturar a complexidade da personagem Lena, cujas preocupações transitam entre os conflitos enquanto mulher dentro de um tempo e espaço estritamente patriarcal, mas sempre propondo uma configuração única entre o político, o ético, o histórico e o privado.

A trama de Lena já não permite os velhos paradigmas patriarcais que delegam à mulher o papel de anjo do lar ou do espaço doméstico e privado. Pelo contrário, Lena é caracterizada como uma jornalista politicamente e ideologicamente formada, e que usa de seu conhecimento para resistir às imposições patriarcais dentro dos espaços intelectuais e dos movimentos sociais. A personagem traz a discussão política a partir das condições de mulheres nas décadas de 1980 e de sujeitos que vivenciaram o golpe da ditadura e tiveram a

liberdade cerceada pelo autoritarismo, sendo postos, assim, à margem da história, como bem marca o discurso de Lena: “– Não, não estou falando de periferia geográfica, estou falando de periferia histórica. Não é nada de periferia das cidades.” (MACHADO, 2005, p. 40).

O discurso de Lena possibilita uma nova percepção e leitura da ditadura militar, não somente por ressignificar um evento de horror pela perspectiva de uma mulher, mas, principalmente, por subverter uma certa concepção de história como grande narrativa ou mesmo de uma pretensa objetividade, levando em conta, agora, sua posição periférica:

- Você sabe que não é a minha. Eu estava pensando é naquele tempo, logo antes e logo depois de você sair, aquilo que hoje a gente já pode chamar de virada dos anos sessenta para os setenta... Para mim, o tempo da minha periferia, em que eu estava sempre gravitando em torno. Eu tinha a impressão de que estava na periferia de tudo o que acontecia de mais arriscado. Eu corria os mesmos perigos de quem estava no centro. Talvez até mais. (MACHADO, 2005, p. 40).

Nessa passagem, observamos que a mulher representada na literatura de Ana Maria Machado não mais se restringe à invisibilidade do sujeito em sua periferia enquanto marginal, mas sim à tomada da consciência de que quem está na periferia também é, agora, sujeito da história tanto quanto quem ocupava o centro. Essa “periferia” é redefinida como espaço de resistência, principalmente ao rememorarmos a bandeira do feminismo da década de 1960 ao constatar que “O pessoal é político”. Aqui, só a própria mulher consegue trazer a sua vivência para dentro das grandes conjunturas históricas e sociopolíticas, a partir da politização do pessoal e da socialização do espaço doméstico, desconstruindo e subvertendo, dessa forma, as zonas fronteiriças entre público/privado, centro/periferia.

No entanto, a tarefa de subverter as lógicas opressoras, centralizadas e masculinizantes da história não se realiza de maneira fácil e fluída. Lena tenta encontrar diferentes maneiras de estruturar o seu relato, de modo que a personagem recusa a forma jornalística de narrar, pois acredita que somente uma criação única e escrita de maneira muito pessoal possa retratar o horror e a dor que passou na periferia da história. Lena ressentia expressar a repressão e a opressão

por meio de um “[...] olho do furacão do íntimo de quem escreve, de permitir que a linguagem fosse mais importante que os fatos do enredo” (MACHADO, 2005, p. 42). Ao trazer os embates internos de Lena para dentro do contexto da ditadura, é a escritora Ana Maria Machado quem consegue realizar essa escrita que transborda os limites do histórico e do íntimo. A personagem Lena traduz a vontade de uma geração de mulheres silenciadas e que lutaram para terem voz para narrar as próprias histórias, mas que, no entanto, ainda que já houvesse uma certa emancipação de um grupo de mulheres, não havia um espaço em que vozes femininas fossem contempladas dentro das diretrizes patriarcais.

A subversão de *Tropical sol da liberdade* acontece a partir do que Jean Franco determina como um exame da esfera oculta da dicotomia público/privado, implodindo pelo interior do próprio paradigma a ideia do espaço privado determinado às mulheres “[...] que, por tradição esteve estreitamente ligado ao subjetivo e ao estético” (FRANCO, 2005, p. 143). Lena faz com que a história de outras mulheres apareça nas suas memórias como figuras heroicas e personagens históricas combativas na repressão ditatorial, como no caso da descrição da mãe de Lena, Amália, afirmando que o lugar de mulher é na história:

Fechando uma das caixas onde guardava as fotos, como se encerrasse alguma coisa, Amália sorriu e lembrou:
- Mas no dia da passeata eu também estava assustada, morria de medo, com pânico de que de repente alguém desse um tiro nele, tão bonito, falando tão bem, no alto daquela sacada ou escadaria, sei lá... Morria de medo. Por ele, por vocês. Por mim, não, engraçado. Eu sentia que o meu lugar era ali; que se todas as mães fossem, e ficassem juntos dos filhos, a polícia não ia poder atirar neles para não pegar na gente. (MACHADO, 2005, p. 103).

Tomadas pelas memórias do exílio e do período ditatorial, o retorno de Lena ao espaço da casa materna e o retorno do exílio transforma o espaço do lar em um local de rememoração, conscientização e afirmação de figuras femininas que lutaram na história, como o caso da própria Lena, e de sua mãe, Amália. A introspecção ou mesmo o aspecto psicológico estão ligados a uma certa tomada de consciência do lugar da mulher na história, do qual Lena não somente é afetada por uma sociedade estratificada dentro das divisões de classes, mas também das relações de gênero e poder patriarcal. Nesse caso, a casa

reflete também a fase pós-ditatorial, em que Lena se coloca como sujeito que (re)pensa a genealogia da história a partir das próprias memórias, cujo autoritarismo e repressão ideológica da ditadura impulsionaram uma necessidade de repensar o papel da mulher na história. Esse contexto corrobora para a construção de Lena enquanto sujeito ativo na transformação da sociedade, possibilitando, assim, que o período pós-ditadura fosse um momento de reorganizar as memórias e compreender as lógicas impostas pelo patriarcado dentro do regime militar.

Lena fixa novos problemas no questionamento da história negada às margens, como a inserção das questões de gênero em relação à historiografia oficial. Ainda, a casa, o íntimo, os laços maternos e as relações de poder nas construções identitárias são redimensionados para dentro da análise dos fatos históricos, provocando, assim, o questionamento das bases das concepções de história burguesa que invisibilizavam as vozes periféricas, mas, principalmente, deixando em evidência como a condição da mulher é diretamente afetada pelas ideologias dominantes e os discursos autoritários que, na mesma configuração da ordem patriarcal, impediram a tomada de voz e a emancipação das mulheres ao longo da história.

Já no conto *La llave*, de Valenzuela (1999), a reescritura feminista da tradicional história de *Barba Azul*, escrito por Charles Perrault (2013), nos leva a certos posicionamentos críticos sobre a narrativa para desvendarmos a violência institucionalizada que está enraizada num discurso de poder. Diferentemente do conto original de *Barba Azul*, cuja personagem que sofre nas mãos do terrível homem é sujeito do enunciado, em *La llave* a mulher é, agora, sujeito da enunciação e dona da sua própria voz. Há uma retomada do “eu” para narrar a própria história fora da enunciação masculina e patriarcal presente na fala “Ahora me narro sola” (VALENZUELA, 1999, p. 127), negando a ideia da mulher em *Barba Azul* como um “não sujeito”, ou, ainda, o Outro, sempre à espreita do falo e do universal. A vontade de subversão da lógica masculinizante representada na história e, principalmente, na narrativa de *Barba Azul* já é exposta logo nas primeiras páginas do conto: “Digamos que sólo intento dar los vuelta la taba, como se disse por essas latitudes; o más bien invertir el punto de vista” (VALENZUELA, 1999, p. 127). É nesse ponto que

La llave contribui para a redefinição das lógicas patriarcais, ora no impacto que esse redimensionamento pode ter no sentido histórico, ora no revigoreamento de mulheres na luta contra a opressão.

O conto original de *Barba Azul* traz um sujeito aristocrata que guardava os corpos de suas mulheres violentadas e executadas por ele mesmo dentro de um porão. Ao se casar novamente com uma mulher bem mais jovem, Barba azul deixa uma chave com a sua esposa e a proíbe de adentrar aos espaços do porão. Desobedecendo ao autoritarismo de Barba Azul, a moça rompe com a ordem patriarcal e opressora em seu lar e descobre que ali havia corpos das mulheres violentadas por seu marido. Nesse caso, a “curiosidade” e “desobediência” aparecem de forma negativa no conto, principalmente se referindo à mulher. No entanto, em *La llave*, a personagem de Valenzuela toma a palavra para contestar justamente as relações de poder que estão relacionadas com as próprias formas de opressões que as mulheres sofreram durante o regime militar na América Latina, inserindo a questão do gênero dentro da conjuntura histórica. Rompe-se com as mordças da ditadura a partir de um recuo na história, usando da chave e da curiosidade para transgredir a ordem patriarcal:

En mis épocas de joven castellana prisionera – sin saberlo – del ogro, la suerte, mejor llamada mi curiosidad, mi ayudó a romper el círculo. De otra forma tengan por seguro que habría ido a integrar el círculo. La sola existencia de ese cuarto secreto hacía invivible la vida en el castillo. (VALENZUELA, 1999, p. 129).

A voz de Barba Azul, tanto na fábula original (PERRAULT, 2013) quanto na reescrita feminista de Valenzuela (1999), possibilita a associação direta com a voz dos militares nas ditaduras da América Latina, impondo por meio do poder e da ordem um grito opressor que atinge, principalmente e primeiramente, os sujeitos periféricos e marginais, ou seja: a mulher. Há um grito autoritário numa imposição de educação patriarcal em que as mulheres que não se submetem às regras do jogo de poder hierárquico são oprimidas, silenciadas e castigadas por tentarem ter uma voz e transgredir a ordem, assim como foi o estopim das muitas perseguições e torturas ocorridas nas ditaduras militares da América Latina.

O poder autoritário, o governo militar, o falo, o patriarcado e o

homem gritam de forma uníssona: “No usar esta llave!” (VALENZUELA, 2009, p. 129). Assim como a mulher de *La llave*, retomamos às Mães da Praça de Maio que, descritas no conto como mulheres que usaram “pañuelo blanco”, também usaram a chave, transgredindo por dentro e, mais ainda, a partir do espaço antes negativamente delegado à mulher. As Mães da Praça de Maio foram aquilo que a mãe de Lena, em *Tropical sol da liberdade*, foi ao reivindicar a história como seu espaço de luta, ou melhor, como Franco nos ilumina: “[...] representava-se publicamente a ‘vida privada’ – como imagem congelada no tempo – em contraste com o presente, e se destacava a destruição daquela vida familiar que os militares diziam proteger” (FRANCO, 2005, p. 129).

A narradora de *La llave* propõe a tomada da consciência da mulher como habitante dos espaços públicos, mesmo que tenha que partir do próprio espaço privado para torná-lo público. Já as personagens construídas por Ana Maria Machado em *Tropical sol da liberdade*, Lena e Amália, propõem a história como lugar definitivo da mulher, não somente as mulheres que sofreram as opressões, mas também as que lutaram e hoje tentam lidar com uma forma de expressar as suas dores históricas, seja pelo relato, seja pela ficção:

Se algum dia, como Honório desejava, se escrevesse a história da mulher brasileira na periferia dos fatos, sua trajetória para a consciência política, esse relato tinha que passar pelo movimento estudantil de 1968. E, que a representasse, numa antevisão das inúmeras mães que iam fazer sua via-crúcis pelos porões do regime nos anos seguintes à cata de notícia dos filhos, e que, se no Brasil não chegaram à organização que as mães argentinas iam atingir depois, ao se assumirem como “As Loucas Da Plaza de Mayo”, nem por isso sofreram pesadelo menor. [...] Amália sorriu: - Era o meu lugar. Eu sabia que pelo menos cinco filhos meus iam pra rua naquele dia – Marcelo, até o Fernando que veio pro Rio, você, Teresa Cristina. E estava tudo proibido, o governo ameaçando, era logo depois daquele dia em que atiraram no pessoal na saída da reitoria... Eu não poderia ficar em casa fazendo crochê... (MACHADO, 2005, p. 101).

Ao tornar público o desaparecimento de seus filhos, torna-se público, também, o privado como centro da história. Evidencia-se um fato que não deveria ser surpresa até então na construção histórica de nossa sociedade: a presença de mulheres que fizeram a revolução,

lutaram, resistiram à e escreveram a história. A ideia de que para Franco as “[...] mulheres ampliaram a esfera do debate público, não só como membros dos movimentos sociais, mas também como intelectuais” (2005, p. 157), nos permite retomar as referências das Mães da Praça de Maio em ambas as produções ficcionais discutidas aqui. O impacto dos regimes autoritários resulta na alteração da relação entre cidadão e Estado, explorando todas as formas de restringir direitos de sujeitos situados à margem da sociedade, principalmente no que diz respeito ao contrato sexual que as subordinava a um papel meramente reprodutivo e que as excluía da condição de cidadãs, como aponta Franco (2005, p. 127). É nesse contexto que surge um movimento de resistência à violência dos militares e ao medo político vigente na época com a força das mulheres conhecidas como Mães da Praça de Maio. Segundo Franco, as Mães de Maio não somente “[...] se congregavam num espaço público, mas também empregavam sua posição marginal como instrumento para reclamar a polis” (2005, p. 127). O diálogo estabelecido pelos textos ficcionais aqui apresentados e a representação das Mães de Maio nos serve como base para entendermos mais detidamente a relação do pessoal e do privado e a subversão desses espaços, pois a violência não partia apenas do poder estatal, mas se extremava nas formas microfísicas do poder enquanto violência doméstica e violência institucionalizada.

É esse direito de voz de um sujeito dono da própria enunciação que está em jogo em ambas as narrativas para a transgressão das lógicas patriarcais. No entanto, se a voz ficcional criada em *Tropical sol da liberdade* propõe um outro lado da história colocando mulheres no protagonismo como forma de subversão, a trama de *La llave* repensa a genealogia da história subvertendo a lógica masculinizante no privado, apontando aquilo que não funciona mais e propondo aberturas para desconstruções da cultura ocidental.

Considerações finais

Ao trazer a problematização da socialização dos papéis identitários a partir do questionamento histórico nas relações de força e poder que circunscrevem a construção do gênero, percebe-se que a literatura de autoria feminina, especificamente o caso de Ana Maria

Machado (2005) e Luisa Valenzuela (1999), constrói uma dinâmica de ler, a contrapelo, a história de sujeitos periféricos que vivem mais ao sul, sob os vestígios dos regimes militares na América Latina. As vozes postas à margem nas narrativas da história oficial, a partir da literatura enquanto forma lúdica de enfrentamento e de resistência ao jogo de violência naturalizado nas relações sociais, é essencial para a reelaboração da história de opressão e violência presente na formação histórica, social e cultural dos países latinos.

Há uma dimensão ético-política nas obras aqui discutidas que pode ser percebida na possibilidade da luta contra o esquecimento da barbárie que foi a ditadura militar, mas, principalmente, na afirmação da mulher na história enquanto sujeito ativo que se insere num movimento de resistência cultural, social, político e histórico. Esse resgate, ou, ainda, esse rasgo na história via ficção de autoria feminina, permite a legitimação da representação da mulher fora do domínio e do filtro ideológico das lógicas masculinizantes, como antes a mulher era retratada por autores canônicos ou pela própria crítica literária. Nesse caso, há uma afirmação da mulher enquanto sujeito da própria enunciação, marcada por um “eu” que foge às armadilhas patriarcais nas representações da história e que fixa desvios que rasuram e implodem os jogos de poder e da linguagem apregoados aos discursos históricos impregnados pela fala masculina, burguesa, autoritária e opressora.

Tropical sol da liberdade e *La llave* permitem uma releitura da história na derrubada de paradigmas condizentes com as lógicas patriarcais, possibilitando, assim, a ampliação do escopo teórico da crítica feminista no âmbito político dentro da leitura dos textos da cultura. Desvelam-se os subtextos ideológicos regidos por princípios patriarcais e falocêntricos dentro da(s) história(s) da América Latina a partir de textos que mascaram a violência simbólica, a violência institucionalizada e, principalmente, a violência política que marcam e subjugam o percurso de mulheres dentro do processo dos regimes ditatoriais.

A personagem de Lena, em *Tropical sol da liberdade*, desestabiliza as pretensas verdades edificadas no discurso histórico oficial, estabelecendo um recuo na história a partir da perspectiva da mulher e que, ao aliarmos ao aparato teórico da crítica feminista,

recuperamos um lado fragmentado da historiografia, revisando e questionando aquilo que foi estabelecido como padrão, cânone e norma da forma naturalizada com a socialização patriarcal. As problemáticas da ditadura, agora, partem de um lugar, de um corpo e de uma fala específicas: da socialização feminina. Essa socialização sofreu repressão de diversas formas, como na supressão de direitos civis, na negação dos espaços públicos e na dupla opressão presente no contexto ditatorial, pois a mulher ainda muito teria de lutar para ser reconhecida enquanto sujeito histórico em um momento que mesmo a socialização masculina já tinha seus direitos negados.

Se Lena traz consigo a afirmação da história enquanto espaço da mulher, a personagem de *La llave* permite-nos reler, a partir da reescritura da fábula ideologicamente de cunho patriarcal *Barba Azul*, a trajetória de mulheres enraizadas na sobrevivência e na resistência dentro da opressão patriarcal e ditatorial, deixando ao leitor a possibilidade de reconhecer a história da repressão no regime militar e a história da opressão feminina como frutos de uma mesma configuração.

A leitura das obras discutidas aqui rompe com um imaginário que foi sustentado ao longo da produção da cultura – particularmente a literária – no sentido de que a leitura de ficção de autoria feminina pode transcender o imaginário burguês da ideia de “arte pela arte” ou do deleite estético, e, assim, passa a operar num ato estritamente político que não mais se desassocia da arte, principalmente nas produções na América Latina. É necessário trazer à superfície do texto as contradições simbólicas de uma história reprimida, concebendo na literatura e nas manifestações culturais em geral o reconhecimento das externalizações que circunscrevem a obra literária e aquilo que a desloca à margem. Eis a proposta de revisar, desconstruir e subverter as lógicas masculinizantes que estruturam a nossa cultura a partir da leitura da ficção de autoria feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chaves em filosofia*. Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORDIVIOLA, Alfredo. Estudos Culturais latino-americanos: configurações de um sintagma. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 44, p.64-78, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n44/a04n44.pdf>>. Acesso em: Outubro. 2018.

DÍAZ, Gwendolyn. *Mujer y poder en la literatura Argentina: relatos, entrevistas y ensayos críticos*. Trad. Cristina Piña. Buenos Aires: Emecé, 2009.

FERRÉ, Rosario. La cocina de la escritura. In: _____. *Sitio a Eros*. México: Joaquín Mortiz, 1980. p. 13-33.

FRANCO, Jean. *Marcar diferenças, cruzar fronteiras*. Trad. Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

MARÍN, María Adriana Velasco. La crítica feminista, el dedo en la llaga o el cuestionamiento al canon literario. In: GUARDIA, Sara Beatriz (Ed.). *Mujeres que escriben en América Latina*. Peru: Centro de estudios de la mujer en la Historia de América Latina (CEMHAL), 2007. p. 551-562.

PERRAULT, Charles. *Barba Azul*. São Paulo: Editora Wish, 2013.

RIGONATI, Denise Truguilho. Ditadura militar no Brasil: história, memória e gênero. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12., 2014, Santos. *Anais eletrônicos*. Santos: ANPUH-SP, 2014. p. 3-19. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406317119_ARQUIVO_anpuhsp pronto.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. Silviano. Uma literatura anfíbia. In: _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. p. 65-73

VALENZUELA, Luisa. *Cuentos completos y uno más*. Ciudad de México: Alfaguara, 1999.